



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

**SEGUNDA CÂMARA CÍVEL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO
NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0274490-5/- RECIFE**

EMBARGANTE: FACHESF - Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social

ADVOGADO: Zadig Costa Cruz de Oliveira-PE016548

EMBARGADO: ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA E JOSÉ AGUIAR DA SILVA

ADVOGADO: Maria Dulce de Carvalho Freire-PE026358

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

DATA DO JULGAMENTO:

**EMENTA – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.
PONTOS ESSENCIAIS ENFRENTADOS.
OMISSÕES INEXISTENTES. RECURSO
REJEITADO.**

Nos termos expressamente consignado no Art. 535, I e II do CPC, os embargos declaratórios têm exclusiva finalidade de sanar **obscuridade, contradição e/ou omissão** que possam alterar a substância do julgado, hipóteses inexistentes no presente caso.

O cerne da discussão meritória cinge-se na averiguação da existência ou não de incorreções nos cálculos relativos à aposentadoria suplementar dos demandantes/embargados à luz do disposto no Plano de Benefícios a que se vincularam por contrato, não servindo, a presente demanda, de palco para discussões sobre eventuais créditos que a embargante entenda possuir contra os suplicantes.

Ademais, sabe-se que o julgador não está obrigado a responder ou a rebater todos os argumentos das partes, cingindo ao magistrado o ofício de analisar as questões prejudiciais ou preliminares, a causa de pedir e os pedidos, inferindo-se que os pontos essenciais foram devidamente enfrentados na decisão combatida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 0274490-5, em que são partes as acima nominadas, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível deste Tribunal, à unanimidade, em rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Des. Relator.

Recife, 25 de 09 de 2013.

Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO NA

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0274490-5 - RECIFE

EMBARGANTE: FACHESF - Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social

ADVOGADO: Zadig Costa Cruz de Oliveira-PE016548

EMBARGADO: ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA E JOSÉ AGUIAR DA SILVA

ADVOGADO: Maria Dulce de Carvalho Freire-PE026358

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração opostos pela FACHESF - Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social em face do acórdão lavrado às fls. 239/239v dos autos do Apelo nº 0274490-5, em apenso, sob o argumento de haver omissão a ser sanada, bem assim para prequestionar matéria a ser discutida nas instâncias superiores.

Em suas razões recursais (fls. 254/258), a embargante alega que o acórdão combatido é omissor, na medida em que não teria enfrentado ponto que reputa essencial, concernente ao fato de os embargados não terem contribuído com o fundo especial exigido pelo item 64, II, do Regulamento 002 ou com o aporte exigido pelos itens 14.1 e 14.2 do Regulamento 001, o que na sua visão daria margem a enriquecimento sem causa destes, caso mantida a condenação da Fundação recorrente.


Acrescente, ainda, que não houve manifestação expressa sobre questões federais, relativo a alegada ofensa ao princípio da comutatividade e de enriquecimento sem causa dos embargados, circunstancia imprescindível ao manejo de recurso aos Tribunais Superiores.

Desse modo, requer sejam os presentes embargos conhecidos e providos, para sanar a omissão apontada.

É o relatório.

Independente o feito de pauta, apresento-o à mesa para julgamento, na conformidade do Art. 85, d, do RITJ/PE.

Recife, 25 de setembro de 2013.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO NA
APELAÇÃO CÍVEL Nº 0274490-5 - RECIFE
EMBARGANTE: FACHESF - Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social
ADVOGADO: Zadig Costa Cruz de Oliveira-PE016548
EMBARGADO: ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA E JOSÉ AGUIAR DA SILVA
ADVOGADO: Maria Dulce de Carvalho Freire-PE026358
RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

VOTO DO RELATOR

De proêmio, cumpre ressaltar que, nos termos expressamente consignado no Art. 535, I e II do CPC, os embargos declaratórios têm exclusiva finalidade de sanar **obscuridade, contradição ou omissão** que possam alterar a substância do julgado, hipóteses inexistentes no presente caso, senão vejamos.

Como é de saber comezinho, o julgador não está obrigado a responder ou a rebater todos os argumentos das partes, cingindo ao magistrado o ofício de analisar as questões prejudiciais ou preliminares, a causa de pedir e os pedidos, proferindo decisão sempre motivada, em observância ao princípio constitucional consagrado no Art. 93, IX, da Constituição Federal, para não violar, ao devido processo legal.

Pois bem. Consoante ressaltado na decisão embargada, o cerne da discussão meritória cinge-se na averiguação da existência ou não de incorreções nos cálculos relativos à aposentadoria complementar dos demandantes/embargados à luz do disposto no Plano de Benefícios a que se vincularam por contrato.

Desse modo, é indubitável que a presente demanda não serve de palco para discussões sobre eventuais créditos que a Fundação embargante entenda possuir contra os suplicantes, mormente pelo fato desta ação não ser revestida de caráter dúplice, cabendo à recorrente, caso queira, buscar tal pretensão em ação autônoma.

Desse modo, cuido que os pontos essenciais foram devidamente enfrentados tanto na decisão monocrática quanto no julgamento realizado por este Colegiado.

Todavia, cumpre-se esclarecer, por oportuno, que numa análise acurada da documentação carreada aos autos, verifica-se claramente que os embargados cumpriram com a obrigação assumida no contrato, vez que contribuíram devidamente para o indigitado plano por anos, tendo descontados mensalmente, diretamente dos seus vencimentos, o percentual pactuado, de sorte a demonstrar que a própria recorrente é quem vem desrespeitando o princípio da comutatividade na espécie.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

No mais, não se vislumbra qualquer argumento novo capaz de acrescentar às razões expendidas no apelo, de modo a se inferir que tal insurgência tem por escopo provocar a revisão do julgado, incabível em sede de embargos de declaração, que servem tão-somente, como já registrado, para sanar obscuridade, contradição ou omissão que possa alterar a substância do julgado.

Ante o exposto, **CONHEÇO** os embargos de declaração, porém **NEGO PROVIMENTO** aos mesmos, para manter íntegro o *decisum* atacado.

É como voto.

Recife, 25 de 09

2013.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator